

PARQUES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação

Tese de doutorado

FAUUSP 1999

VLADIMIR BARTALINI

Orientador: Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

VERSÃO DIGITAL

Apenas para distribuição e pesquisa

Agradecimentos

É grande o número de pessoas amigas e familiares a quem devo agradecer pela ajuda que me prestaram durante a elaboração da tese, seja pelo apoio moral, seja pelo apoio intelectual, ou por ambos. Na impossibilidade de mencionar todas, devo me ater àquelas que, sem deixarem de ser amigas e de me apoiarem moralmente, tiveram também uma participação objetiva no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço, pois, ao orientador da tese, professor Flávio Villaça, por ter me aceitado como orientando e proporcionado a ampliação dos meus conhecimentos, ao me convidar para participar do grupo de estudos que se reunia com ele quinzenalmente. Agradeço, da mesma forma, aos colegas do grupo de estudos por terem me auxiliado, direta ou indiretamente, na preparação da tese.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de Campinas pelas bolsas de auxílio à capacitação docente que me concedeu.

Agradeço, ainda, às professoras Maria Cristina da Silva Leme e Yvonne Mautner, membros da banca de qualificação da tese, pelas contribuições que na ocasião me ofereceram.

À Silvana Zioni pela indicação, muito oportuna, das fontes bibliográficas para as questões de estatística.

Ao Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, nas pessoas de Regina Fátima de Matos Fernandes, diretora do DEPAVE 1, e de Cícero Valim, responsável pela Seção Técnica de Desenho – DEPAVE 14, que permitiram o acesso ao arquivo de projetos do Departamento, e aos colegas que trabalham ou trabalharam no DEPAVE, que se dispuseram a conceder entrevistas.

Ao Quadro de Paisagismo no Brasil – Projeto QUAPÁ, na pessoa do professor Sílvio Soares Macedo que permitiu o uso de desenhos ali produzidos, para ilustrar trechos da tese.

A Guilherme de Toledo, responsável pela diagramação e artes gráficas, e a César A. E. Assis, que o auxiliou nos desenhos.

A Maurício Maranhão Sanches pela plotagem, em mapas, dos dados da pesquisa de campo.

À equipe de campo formada por Adriano Bosetti, André Masinello Restrepo, Arthur Pacheco Siqueira Brito, Carlos Manuel Sequeira Jr., Cassiana Souza Lima, Débora Maranhão Sanches, Francisca Souza Lima, Ione Beatriz Banheza, Jubileide Batista de Souza, Larissa Souza Lima, Letícia Banks, Luciano Caruggi de Faria, Ludmila Mara Banks, Maria Aparecida Pimenta e Maurício Maranhão Sanches.

À Adriana Pardini, pela revisão do *Abstract*.

À Célia pela compreensão, pelos comentários e pela revisão do texto.

À minha mãe e à memória de meu pai

Resumo

A ação da municipalidade de São Paulo no provimento de áreas verdes de recreação foi investigada desde o final do século XIX, quando se criou um órgão administrativo específico para tratar das áreas verdes municipais, até os dias de hoje. Este intervalo de tempo foi subdividido em períodos marcados por mudanças na organização, nas atribuições e na produção deste órgão e também por mudanças nos hábitos e nas necessidades de lazer da população. A análise se deu em torno de quatro variáveis, tratadas sistematicamente em cada período, quais sejam: as formas de lazer nas áreas verdes da cidade; a organização administrativa para atender às demandas por áreas verdes de lazer; a produção de áreas verdes pelo poder municipal; planos e projetos de áreas verdes de recreação. Para analisar o desempenho da Prefeitura no período mais recente, fizeram-se entrevistas com os freqüentadores de oito parques municipais: Aclimação, Anhanguera, Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera, Luz, Piqueri e Previdência. Concluiu-se que o provimento de áreas verdes de lazer pela Prefeitura se deu de maneira irregular, sem planejamento e por decisões que escapavam ao controle do órgão administrativo competente. Viu-se também que a maior parte da produção dos projetos se deu distanciada dos debates programáticos e estéticos contemporâneos a cada período considerado. A pesquisa de campo realizada com os freqüentadores dos oito parques selecionados mostrou a importância que a maior parte deles atribui aos valores paisagístico-ambientais dos parques, revelando ao mesmo tempo que a falta de cuidado com o ambiente do parque como um todo, as falhas de manutenção de espaços ou equipamentos específicos e a falta de segurança, são os aspectos que mais os incomodam nos parques municipais.

Abstract

The performance of the Municipality of São Paulo in providing green recreation areas, was investigated from the end of 19th century *when the Administration of Public Gardens was created* to our days. This period encompasses smaller periods which correspond to changes in the way the later named Department of Parks and Green Areas answered to the claim for green recreation areas. The users' habits have changed as well during this time. The analysis was done taking into account four aspects that suffered changes: the habits of leisure in green areas; the Municipality organization to meet the demand for green recreation areas; the actual production of the Municipality throughout this century; plans and projects for public green areas. To evaluate the Municipality performance nowadays, interviews have been done with users of eight municipal parks. The conclusion is that the provision of public green recreation areas by the Department of Parks was done in an irregular way, without any planning, at the mercy of eventualities and opportunities. It was also concluded that the production of municipal parks was done without considering contemporary debates about park programs and design. The research with park users showed that the most important reason why they go to parks is the landscape and "atmosphere". Another finding shown by this research is that users are critical of the lack of concern found there and the absence of maintenance and safety observable in such parks.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 As áreas verdes de recreação na segunda metade do século XIX	15
1.1 Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	17
1.2 Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	25
1.3 Ações do poder público para o provimento das áreas verdes de recreação	27
1.4 Jardineiros, jardinistas, os jardins e a cidade	37
Capítulo 2 Da Administração dos Jardins Públicos à Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios	51
2.1 Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	52
2.2 Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	59
2.3 Ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes de recreação	62
2.4 Quadro técnico da prefeitura - planos e projetos de áreas verdes de recreação	81
Capítulo 3 Da Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios ao Departamento de Parques e Jardins	103
3.1 Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	105
3.2 Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	108
3.3 Ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes de recreação	110
3.4 Quadro técnico da prefeitura - planos e projetos de parques públicos	132
Capítulo 4 Do Departamento de Parques e Jardins ao Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	142
4.1 Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	145
4.2 Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	147
4.3 Ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes de recreação	150
4.4 Quadro técnico da prefeitura - planos e projetos de parques públicos	170
Capítulo 5 O atual uso dos parques municipais como espaços de lazer	186
5.1 Objetivos da pesquisa de campo	189
5.2 Critérios para a seleção dos parques	189
5.3 Procedimentos adotados para a pesquisa de campo	197
5.4 Resultados da pesquisa	201
5.5 Organização dos resultados por parque	227
5.6 Resumo da pesquisa de campo	245
Conclusão	249
Bibliografia	257

ÍNDICE DE QUADROS

Cap.	Núm.	Nome do quadro	Pág.
2	01	Prefeitos que governaram São Paulo entre 1899 e 1934	52
	02	Composição da Administração dos Jardins em 1920 e 1927	61
	03	Logradouros arborizados de 1900 a 1910 e espécies vegetais utilizadas	74
	04	Áreas verdes tratadas até 1913 e entre 1913 e 1918	77
3	05	Prefeitos que governaram São Paulo entre 1934 e 1965	105
	06	Área dos parques municipais em relação à área e à população urbanas em 1930 e 1965	132
4	07	Prefeitos que governaram São Paulo entre 1965 e 1996	144
	08	Praças equipadas projetadas e/ou executadas entre 1974 e 1984 e depois de 1985	158
	09	Área dos parques municipais em relação à área e à população urbanas em 1965 e 1993	169
5	10	Parques municipais administrados pelo DEPAVE, por ordem cronológica de abertura ao público	188
	11	Classificação dos parques municipais por ordem decrescentes de área	190
	12	Classificação dos parques municipais em ordem decrescente de freqüentadores aos domingos	191
	13	Agrupamento dos parques municipais por região	192
	14	Tipos de parques municipais por atrativos / equipamentos para o lazer	194
	15	Condições preenchidas pelos parques municipais quanto à área, nº de freqüentadores, região e tipos de equipamentos	195
	16	Reprodução parcial da Tabela de Confiança de Gennaro	200
	17	Composição da freqüência por sexo	201
	18	Composição da freqüência por faixa etária	201
	19	Composição da freqüência por sexo e por faixa etária	201
	20	Ocupação dos freqüentadores	203
	21	Escolarização e grau de instrução dos freqüentadores	203
	22	Distância moradia-parque e tempo de percurso	205
	23	Distância moradia-parque por categorias de proximidade	206
	24	Meios de transporte utilizados para ir aos parques	206
	25	Freqüência de utilização dos parques	209
	26	Classificação dos freqüentadores por assiduidade	209
	27	Tempo de permanência nos parques	210
	28	Motivos que levam os freqüentadores aos parques por subcategorias	214
	29	Motivos que levam os freqüentadores aos parques por categorias	214
	30	Avaliações positivas por subcategorias	219
	31	Avaliações positivas por categorias	219
	32	Avaliações negativas por subcategorias	221
	33	Avaliações negativas por categorias	221
34	Utilização dos equipamentos de lazer pelos freqüentadores	226	

Introdução

Somente na segunda metade do século XIX, com a emergência da cidade de São Paulo no cenário político e econômico nacional, as áreas verdes públicas passaram a receber maior importância e a merecer mais atenção por parte dos poderes constituídos, embora nem sempre esta atenção ganhasse materialidade. De fato, vários planos e projetos relativos a áreas verdes foram elaborados, mas apenas alguns foram executados e muito do que foi executado talvez nem fizesse parte de qualquer plano.

Bem ou mal, a cidade viu crescer seu “verde oficial” ao mesmo tempo (mas não na mesma proporção) que o “verde natural” dos baldios e o “verde pecuniário” das chácaras de recreio cediam espaço a novas ruas e avenidas, a loteamentos residenciais e industriais e, também, a jardins, praças e parques públicos.

Se, no início, muito do verde provido e administrado pelos governos provincial (mais tarde estadual) e municipal era destinado ao “aformoseamento” da cidade capital, outro tanto visava à recreação dos cidadãos e ambos chegavam mesmo a se confundir. De fato, não é difícil a confusão uma vez que o exibir-se, o ver e ser visto, era também uma forma de recreação, um modo de passar o tempo do não trabalho, um hábito cultural com seus códigos próprios, que tinha nos jardins tratados com primor e nos recantos pitorescos o cenário que convinha.

Mas havia também, ao menos por parte de alguns funcionários da administração municipal, a preocupação com o verde que, na linguagem de hoje, teria o nome de ambiental. É o que se pode comprovar lendo os relatórios da Fiscalização dos Rios e Várzeas que alertavam, desde 1893, para a necessidade de plantar e conservar “guapesais” que, “além de sanarem os rios, muito contribuem para a criação de peixes”¹. Vários relatos subsequentes daquele órgão, renovaram advertências com o mesmo teor e, ainda em 1927, podia-se ler no relatório da Diretoria Geral de Higiene, à qual estava subordinada a Administração dos Jardins Públicos, o aviso de que “nossa cidade tem insuficiência de parques, necessários à higienização do ar”, aviso que não excluía a recreação porque a cidade também precisava de um parque “na medida das necessidades de sua população que já exige não só a manutenção dos jardins distribuídos pelos bairros, mas também um parque de dimensões vastas, com vegetação abundante que a acolha”².

Vê-se assim como as diversas funções do verde se interpenetravam desde então, como

¹ Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva - 1893. São Paulo, Typ. a vap., Espindola, Siqueira & Comp., 1894.

² Relatório de 1927 apresentado à Câmara Municipal pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo (1º volume). São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928.

o “verde embelezador” acompanhava o “verde recreativo” e como este andava junto com o “verde ambiental”. Mesmo sabendo ser difícil a separação, é do “verde recreativo” provido pela municipalidade, nos pouco mais de cem anos em que tomou para si a responsabilidade de administrar as áreas verdes públicas, que se tratará neste trabalho. Mas fazem-se necessárias algumas linhas para situar a questão do lazer neste século, quando ganhou notoriedade mundial e, especificamente, o lazer praticado em áreas verdes, de modo a definir melhor o objeto de estudo.

Primeiramente é necessário reconhecer que o lazer é socialmente produzido. A separação rígida que se estabeleceu entre trabalho e lazer não existiu desde sempre. Ela ocorreu num determinado momento histórico, quando o desenvolvimento técnico alcançado pelo modo capitalista de produção tornou realidade a ambição humana de produzir bens mais rápido e melhor do que faria a natureza e de depender cada vez menos dela, de seus ciclos, de seu ritmo. Impulsionado pelo grande desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido a partir do século XIX, o modo de produção capitalista- urbano-industrial impôs um novo modo do homem se relacionar com o tempo, com o trabalho e com a natureza. A partir de então trabalho, tempo e dinheiro se equívalem, de modo que todo esforço é válido para não perder a menor quantia de qualquer um deles, ou seja, “o tempo passou a ser comprado, vendido e negociado de múltiplas formas, tal qual uma mercadoria” (SANT’ANNA, 1992:15).

Na passagem da economia de base rural para a urbano-industrial importantes transformações se processaram. Uma das mais importantes para o assunto aqui tratado foi a separação entre tempo de trabalho e tempo de diversão e de descanso. De fato, ainda conforme SANT’ANNA, “nas sociedades predominantemente rurais, a tendência é a de vivenciar e entender a diversão, o descanso, o convívio social, familiar e o trabalho, como esferas e tempos que se misturam e se confundem”. Já na sociedade urbano-industrial isto não será mais possível.

Outro ponto importante de transformação, de certo modo corolário do anterior, foi o aumento descomunal das horas de trabalho. Informa CAMARGO (1998) que, no início do período industrial, na Europa, as horas de trabalho por ano passaram de 700 a 1.000 para 3.500 a 4.000, o que levaria à luta pela redução da jornada de trabalho e pelas férias anuais. Mas, uma vez regulamentada a jornada de trabalho e conquistado o tempo livre, iniciaram-se as tentativas de capturá-lo, de torná-lo capaz de atender aos “interesses de caráter econômico, moral, político, institucional, de torná-lo um negócio de algum modo útil e passível de utilização pelos diversos setores sociais” (SANT’ANNA, 1992:20). O tempo livre passa a ser um problema social e institucional. Passa a requerer a ação das instituições, entre elas a do Estado. Chegado a este ponto, não se pode perder de vista que “não foi por redução ou minimização dos conteúdos lúdicos e culturais que essa estratégia de inspecionar e organizar institucionalmente o tempo livre foi implantada. Ao contrário, foi por uma espécie de aumento compulsivo de programas, espaços, equipamentos e estudos sobre o lúdico e o tempo livre que

determinadas formas de lazer foram produzidas e determinados usos do tempo livre foram vistos como um problema, um vício chamado de ócio e disposto a correções e tratamento” (SANT’ANNA, 1992:26).

Um terceiro aspecto digno de nota seria a própria mudança do ambiente de rural para urbano. Neste sentido, o da alteração de ambiente de vida, convém observar o que disse HARVEY (1982) a respeito da representação da natureza no meio urbano: ela seria uma reação da “consciência burguesa” diante do fato de que havia algo de degradante na relação entre o trabalhador e a natureza, imposta pelo capitalismo industrial através do sistema fabril. Decorreriam disto, acredita HARVEY, a proliferação dos verdes parques públicos e a busca de passeios fora da cidade, também por parte dos trabalhadores. Embora tenha ele se referido às sociedades capitalistas avançadas, o fenômeno igualmente ocorreu no Brasil, não só por imitação, mas também porque no início da industrialização, em São Paulo especificamente, boa parte dos trabalhadores era composta de imigrantes europeus que trouxeram, entre outras coisas, seus hábitos de lazer. Com base no trabalho de RAGO (1985:195-197), SANT’ANNA afirma que “Nesse contexto, são construídos espaços de lazer como: jardins, clubes esportivos e programadas atividades de ginástica e educação física, em detrimento do botequim, das atividades que deslizavam à sombra das reuniões informais e encontros em que a gratuidade dos contatos e práticas sobrepunha-se às regras de higiene e de conduta moral que as autoridades civis e religiosas esforçavam-se para implantar nas cidades” (SANT’ANNA, 1992:25).

Mas a procura de áreas verdes para o lazer – que é o que interessa aqui – é apenas um dos aspectos da questão geral, que reside na pergunta sobre o que é o lazer, o que pode ser considerado lazer e sobre o papel social que ele desempenha. Não é o caso, nos limites deste trabalho, de ampliar ou aprofundar esta discussão, mas apenas de apresentar algumas considerações, definições e classificações já trabalhadas pela chamada sociologia do lazer.

Preocupados em distinguir as atividades que se caracterizariam como sendo de lazer, DUMAZEDIER e RIPERT (1966:43-45) propõem quatro características: duas negativas – para dizer o que não pode ser considerado como atividade de lazer – e duas positivas. A atividade de lazer, segundo eles, deveria ter:

Um caráter liberatório - Trata-se da liberação de certas obrigações, da livre escolha das atividades. Isto não quer dizer que não haja determinações sociais nesta “livre escolha”, mas sim que elas teriam um caráter secundário. Nas atividades de lazer o indivíduo estaria livre das obrigações primárias que estão na base da sociedade. “De fato”, apontam os autores, “a própria noção de lazer implica dialeticamente aquela da obrigação primária” sendo necessário que uma cesse para que a outra ocorra. É a liberação do trabalho imposto pela escola, pela empresa, pela família, pelas instituições civis e religiosas. Não é lazer, advertem, a atividade que, de lazer, passa a ser obrigação profissional – como a do “esportista campeão” – , escolar ou familiar – como a do passeio imposto.

Um caráter de gratuidade - O lazer não teria qualquer finalidade material ou social, mesmo que se saiba que elas pesam sobre o lazer. Se a atividade de lazer obedece, mesmo que parcialmente, a um fim lucrativo, utilitário ou engajado, ele não é um lazer por inteiro, mas um “semi-lazer” como, por exemplo, o do pescador que vende o que pescou, ou do indivíduo que tem por passatempo predileto fazer reparos na própria casa.

Um caráter hedonista - O lazer está sempre associado à busca da felicidade, embora não se confunda com ela. A escolha de uma atividade de lazer está associada à busca de um estado de satisfação o que supõe estar livre de “toda tensão, de toda atenção, de toda concentração”. Pode até haver tensão, esforço e disciplina em atividades de lazer, mas elas são escolhidas livremente para atingir uma satisfação desinteressada.

Um caráter pessoal - O lazer deve atender às necessidades de recuperação das fadigas que contrariam o ritmo biológico do indivíduo; de libertação do enfado cotidiano; de realização, ainda que parcial, do “homem total” como um fim em si mesmo.

A presença simultânea destas quatro categorias, dizem os autores, é “necessária e suficiente para definir o lazer. Este conjunto de propriedades é discriminatório: é ele que nos permite rejeitar entre as atividades todas, aquelas que não pertencem ao lazer e de adotar as outras que constituem nosso próprio campo de estudo”.

Dentro destas características, como se poderia classificar as atividades de lazer, uma vez que elas são inúmeras? DUMAZEDIER propõe que elas sejam classificadas em físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais. A estas CAMARGO (1986) acrescenta a do lazer turístico.

É ainda CAMARGO que alerta sobre a inconveniência da classificação das atividades de lazer em “lazer passivo” e “lazer ativo”. “O lazer é sempre um fazer-alguma-coisa”, argumenta, pois o próprio devaneio é uma *ação* muito significativa, por propiciar “um momento de rara inventividade no reencontro de si mesmo”. Também não há lazer passivo, porque em toda atividade de lazer são possíveis três atitudes: “praticar, sob a forma de lazer, assistir ou estudar um assunto”, sendo difícil que apenas uma delas ocorra isoladamente.

Assim sendo, pode-se considerar uma atividade de lazer o gozo de um “estado de espírito” prazeroso que o indivíduo busca quando vai passar suas horas de lazer num parque, mesmo que isto se restrinja à contemplação pura e simples. Maior dificuldade, no entanto, estaria em verificar a presença, nas atividades de lazer, das características liberatórias, gratuitas, hedonistas e pessoais que as distinguiriam de outras atividades, uma vez que “os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer” (CAMARGO, 1986:10). A diferença estaria no grau em que ocorrem a livre escolha e os condicionamentos sociais. Nas atividades de lazer o grau de liberdade é maior do que naquelas existentes nos ambientes de trabalho, familiar, religioso ou político.

Por fim, qual a importância social do lazer? Pelo que ficou dito acerca da sua

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

